



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE BACHARELADO EM ECONOMIA ECOLÓGICA

ANTÔNIA CONCEIÇÃO CAVALCANTE OLIVEIRA

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E REALIDADE DO CAMPO:
ANÁLISE - DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE MACEIÓ - ASSENTAMENTO
MACEIÓ, ITAPIPOCA - CE.**

FORTALEZA

2022

ANTÔNIA CONCEIÇÃO CAVALCANTE OLIVEIRA

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E REALIDADE DO CAMPO: ANÁLISE -
DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE MACEIÓ - ASSENTAMENTO MACEIÓ,
ITAPIPOCA - CE.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia Ecológica.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Inês Escobar da Costa.

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia de Sousa Moreira.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O45p Oliveira, Antônia Conceição Cavalcante.
Povos e comunidades tradicionais e realidade do campo : análise - diagnóstico da comunidade maceió -
assentamento Maceió - Itapipoca - CE / Antônia Conceição Cavalcante Oliveira. – 2022.
54 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências
Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Maria Inês Escobar da Costa.
Coorientação: Profa. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira.

1. Populações tradicionais. 2. Rural. 3. Meio ambiente. I. Título.

CDD 577

ANTÔNIA CONCEIÇÃO CAVALCANTE OLIVEIRA

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E REALIDADE DO CAMPO: ANÁLISE -
DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE MACEIÓ - ASSENTAMENTO MACEIÓ,
ITAPIPOCA - CE.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia Ecológica.

Aprovada em 08/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Inês Escobar da Costa

Universidade Federal do Ceará

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia de Sousa Moreira

Universidade Federal do Ceará

Prof^ª. Mestra. Rita Cláudia Aguiar Barbosa

Universidade Federal do Ceará

In memoriam a José Alberto Luz Oliveira.

AGRADECIMENTOS

A princípio, sou grata a Deus por ser força e fortaleza em todos os momentos da minha vida. Em especial, pela realização de mais um sonho. Até aqui me ajudou o Senhor.

Agradeço a minha família por ser meu porto e segurança. Em especial, à minha mãe Irene dos Santos Cavalcante e ao meu pai José Ivan Luz Oliveira por todo amor e cuidado para comigo. Eu a amo.

Aos meus amigos de vida, de infância e acadêmicos. Considero-os meus irmãos do coração.

Aos mestres docentes. Em especial, aos queridos professores do curso de Economia Ecológica: com vocês adquiri conhecimentos para além da matriz curricular. Hoje compreendo e enxergo o meio ambiente, a sociedade e o sistema econômico por uma óptica mais sensível, crítica, coerente e construtiva.

À orientadora professora Dr. Maria Inês Escobar por aceitar o convite para orientação, por me acompanhar na escrita e aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao Residência Agrária e ao Programa de Educação Tutorial Agrárias Conexão de Saberes por ter sido uma família dentro da universidade. Principalmente, à professora Dr. Maria Lúcia de Sousa Moreira, por todo cuidado, amizade e carinho para comigo durante toda a minha jornada como petiana. Considero-a uma mãe na universidade.

Ao Programa de Assistência Estudantil pelo auxílio financeiro e por proporcionar moradia na Residência Universitária. Essas contribuições foram essenciais para a conclusão da minha graduação.

Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pelo apoio financeiro, por meio da bolsa de estudos e por apoiar a pesquisa e educação do país.

Ao assentamento Maceió pela oportunidade de vivência em seu território. Ainda, por compartilhar a sua história de luta e resistência em defesa de sua memória, cultura e conservação do meio ambiente. Em especial, à Dona Maria Branca e sua família pelo acolhimento, contribuição e parceria durante minha pesquisa no campo.

“Se nesse mundo excludente, elitista, cheio de contrastes, você não tiver uma dose de rebeldia, é porque você se adaptou, se domesticou a esse modelo.” (Padre Júlio Lancelotti)

RESUMO

A realidade das populações tradicionais é marcada por muita luta e resistência em conflitos sociais, ambientais e econômicos. Esses povos têm uma forte ligação com o território em que vivem e têm distintas características em seus modos de vida, de trabalho, laços pessoais, relação com o mercado e com a natureza. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a realidade de campo em que povos e comunidades tradicionais estão inseridos, tendo como estudo de caso a comunidade Maceió, Assentamento Maceió, Itapipoca - Ceará. Os objetivos específicos são: traçar o perfil social, econômico e ambiental do campo de pesquisa, construir as dimensões a serem avaliadas e analisar a avaliação de satisfação das condições dimensionadas da comunidade. Adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, com tipo de estudo de caso e exploratório. Foram utilizados dados de fontes primária e secundária, coletados por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas aplicados juntos às famílias participantes, além de participar em reuniões na comunidade e pesquisa bibliográfica. Foram coletados os dados a seguir: referente à dimensão social, a comunidade se mostrou dividida, boa parte das variáveis tiveram uma avaliação ruim e péssima e outra parte obteve um resultado contrário. Sobre a dimensão ambiental, a comunidade mostrou uma avaliação em que a maioria das variáveis foram avaliadas como ótimo e bom. Por último, a dimensão econômica obteve uma avaliação dividida entre resultados insatisfatório, indiferente e satisfatório. Foi utilizado o Software R-Stúdio para a plotagem dos dados em escala likert, atribuindo escores para uma posterior análise. Pode-se concluir que as condições sociais as quais a comunidade está submetida são reflexo, principalmente, dos precários serviços e políticas públicas destinados pelo governo municipal. Sobre a situação ambiental, considera-se que existe uma boa relação entre as famílias tradicionais de Maceió com a natureza, são povos que preservam e conservam o meio ambiente local. Ademais, a situação econômica que essas famílias estão sujeitas apresentaram-se como um empecilho para o alcance de melhores condições de renda e trabalho.

Palavras-chave: Populações tradicionais; Rural; Meio ambiente.

ABSTRACT

The reality of traditional populations is marked by a lot of struggle and resistance in social, environmental and economic conflicts. These peoples have a strong connection with the territory in which they live and have distinct characteristics in their ways of life, work, personal ties, relationship with the market and with nature. The present work has the general objective of analyzing the field reality in which traditional peoples and communities are inserted, having as a case study the Maceió community, Settlement Maceió, Itapipoca - Ceará. And as specific objectives are: to trace the social, economic and environmental profile of the research field, build the dimensions to be evaluated and analyze the evaluation of satisfaction of the dimensioned conditions of the community. A qualitative and quantitative approach was adopted, with a case and exploratory study type. Data from primary and secondary sources were used, collected through questionnaires and semi-structured interviews applied to the participating families, in addition to participating in community meetings and bibliographical research. The following data were collected: referring to the social dimension, the community was divided, most of the variables had a bad and terrible evaluation and another part had the opposite result. Regarding the environmental dimension, the community showed an evaluation in which most of the variables were evaluated as excellent and good. Finally, the economic dimension obtained an evaluation divided between unsatisfactory, indifferent and satisfactory results. The R-Studio Software was used to plot the data on a Likert scale, assigning scores for later analysis. It can be concluded that the social conditions to which the community is subjected are a reflection, mainly, of the precarious public policies and services provided by the municipal government. Regarding the environmental situation, it is considered that there is a good relationship between the traditional families of Maceió with nature, they are people who preserve and conserve the local environment. In addition, the economic situation that these families are subject to presented as an obstacle to achieving improvements in income and work.

Keywords: Traditional populations; Rural; Environment.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - CATEGORIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	23
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Satisfação da Dimensão Social.	45
Gráfico 2 - Satisfação da Dimensão Ambiental.....	47
Gráfico 3 - Satisfação da Dimensão Econômica.	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reunião entre moradores das comunidades do Assentamento.....	31
Figura 2 - Aplicação do questionário junto às famílias entrevistadas.....	31
Figura 4 - Mapa geográfico do Assentamento Maceió, onde localiza-se a comunidade Maceió.....	32
Figura 5 - Mapa aéreo de localização das comunidades do Assentamento Maceió.....	33
Figura 6 - Tabela de participação.....	34
Figura 7 - Tabela de ocupação.....	34
Figura 8 – Tabela do resultado de satisfação da dimensão social	35
Figura 9 - Iluminação à noite na comunidade.	36
Figura 10 - UBS de Maceió.....	36
Figura 11 - Estrada da comunidade em período de chuva.	37
Figura 12 - Praia Barrinha e igreja localizados na comunidade Maceió.....	37
Figura 13 – Tabela do resultado de satisfação da dimensão ambiental.	38
Figura 14 - Caixas d'água e bomba para puxar água.	39
Figura 15 - Reservatório de água da SISAR.....	39
Figura 16 - Lagoa onde mulheres lavam roupas.....	40
Figura 17 - Plantação de mandioca no quintal de uma moradora.....	40
Figura 18 - Campanha de conscientização ambiental na praia.....	41
Figura 19 - Tabela do resultado de satisfação dimensão econômica.	42
Figura 20 - Quintal produtivo de Dona Maria Branca.	43
Figura 21 - Produtos obtidos na pesca e na agricultura.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONG Organização Não Governamentais

PCT Povos e Comunidades Tradicionais

SISAR Sistema de Saneamento Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivos	17
1.1.1	Geral.....	17
1.1.2	Específicos.....	17
1.2	Plano de obra.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	O debate ambiental em questão	18
2.2	Povos e comunidades tradicionais.....	19
2.2.1	Modo de vida de povos e comunidades tradicionais.....	20
2.3	Categorização de povos e comunidades tradicionais.....	22
2.4	O conhecimento tradicional e a proteção do meio ambiente.....	26
3	MATERIAL E MÉTODOS.....	27
3.1	Caminhos percorridos	29
3.2	Origem dos dados	29
3.3	Instrumentos de coleta de dados	30
3.4	Método de análise	31
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	32
4.1	Caracterização do local de pesquisa.....	32
4.2	Caracterização da população local.....	33
4.3	Organização dos dados coletados.....	34
4.3.1	Dimensão Social	34
4.3.2	Dimensão Ambiental.....	38
4.3.3	Dimensão Econômica.....	42
4.4	Análise e discussão dos dados coletados.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49

REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Conforme Monteiro (2018), as preocupações com a humanidade decorrentes dos impactos ambientais começaram a ser pensadas já no século XX. Contudo, Guimarães (1998) discursa que foi na Conferência de Estocolmo, ocorrida entre os dias 5 a 16 de junho de 1972 na capital da Suécia, Estocolmo, que se iniciaram os primeiros debates entre nações a respeito da questão ambiental e do modelo de desenvolvimento. Nesse contexto, com a publicação do *Nosso Futuro Comum*, de acordo com Guimarães e Feichas (2009), a questão ambiental ganhou uma maior importância.

Com a consolidação dos estudos ambientais, de acordo com Little (2003), no campo ambiental, surgiram as expressões “povos e comunidades tradicionais” dentro do contexto de debate internacional sobre as políticas de preservação e conservação ambiental relacionadas a temas como biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Com isso, essa definição foi utilizada para nomear, identificar e classificar uma diversidade de culturas e modos de vida de um conjunto de grupos sociais que, historicamente, têm ocupado áreas destinadas à preservação e à conservação do meio ambiente. Assim, em meados de 1980, começaram a ganhar força e objetivação, na forma de movimentos sociais, as reivindicações de uma diversidade de grupos sociais denominados ou autodenominados “populações tradicionais”, ou, mais recentemente, “povos e comunidades tradicionais” (CRUZ, 2012, p.596).

Nesse contexto, consoante o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu art. 3º, § 1º, entende-se como povos e comunidades tradicionais aqueles grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Almeida (1999) e Abreu (2005) discursam que estes grupos estão baseados em grupos familiares e de vizinhança, que utilizam técnicas extensivas de produção, com articulação parcial aos mercados de terra e de trabalho. Dessa forma, em conformidade com Little (2002) na busca por uma alternativa viável de desenvolvimento sustentável, os povos tradicionais foram considerados pelos ambientalistas como parceiros com muitas afinidades, devido às suas

práticas históricas de adaptação. Assim, a dimensão ambientalista dos territórios sociais se expressa na sustentabilidade ecológica da ocupação por parte desses povos durante longos períodos de tempo, baseada nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos. Logo, Lima e Pozzobon (2005) reinteram que os saberes tradicionais, expressos entre outras formas pelo uso e manejo de recursos naturais desses povos, passaram a ser considerados como práticas históricas de adaptação que refletem níveis de sustentabilidade ecológica, sendo aspectos chave à conservação e ao desenvolvimento.

Dessa maneira, a partir da vivência de campo na comunidade na Maceió, pertencente ao assentamento Maceió, localizado no município de Itapipoca - litoral cearense, despertou-se uma necessidade de conhecer e analisar com mais profundidade as condições sociais, ambientais e econômicas sob as quais essas famílias estão submetidas, aplicando, assim, uma pesquisa de satisfação sobre essas questões. Nesse contexto, este trabalho tem o intuito de investigar a realidade e as condições que essas populações estão submetidas, tomando como território de pesquisa a comunidade visitada. definiu-se como pergunta de partida: em que medida as famílias tradicionais estão satisfeitas com as condições sociais, econômicas e ambientais as quais estão submetidas. Com base nesse enfoque, tem-se como objetivo geral analisar a realidade de campo em que povos e comunidades tradicionais estão inseridos, tendo como estudo de caso a comunidade Maceió, Assentamento Maceió, Itapipoca - Ce. Enquanto isso, com os objetivos específicos, traçar o perfil social e econômico da comunidade, construir as dimensões a serem avaliadas e analisar a avaliação de satisfação das condições dimensionadas. Para isso, se utilizou como uma combinação de dois métodos como procedimentos de investigação, a observação sistemática e a análise estatística básica com os dados plotados no programa de software RStudio para avaliação de satisfação. Adotou-se como procedimento inicial a revisão bibliográfica como base para o desenvolvimento do estudo de caso. Nesse contexto, pode-se concluir que as condições sociais as quais a comunidade está submetida são reflexo, principalmente, dos serviços precários e ausência de políticas públicas destinados pelo governo municipal. Essa falha institucional dificulta o acesso a serviços básicos de dignidade e qualidade de vida. Sobre a situação ambiental, considera-se que existe uma boa relação entre as famílias tradicionais de Maceió com a natureza, são povos que preservam e conservam o meio ambiente local. Ademais, a situação econômica que essas famílias estão sujeitas apresentaram-se como um empecilho para o alcance de melhores condições de renda e trabalho.

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

- Analisar a realidade de campo em que povos e comunidades tradicionais estão inseridos, tendo como estudo de caso a comunidade Maceió, Assentamento Maceió, Itapipoca - Ce.

1.1.2 Específicos

- Traçar o perfil social e econômico da comunidade;
- Construir as dimensões sociais, ambientais e econômicas a serem avaliadas;
- Analisar a satisfação das condições dimensionadas.

1.2 Plano de obra

Somando à introdução, este trabalho está distribuído em cinco capítulos. Dos quais, o segundo refere-se à revisão de bibliografia, fracionada nos quatro seguintes capítulos: o debate ambiental em questão, povos e comunidades tradicionais, categorização de povos e comunidades tradicionais e, por último, o conhecimento tradicional e a proteção do meio ambiente. O terceiro capítulo trata do material e métodos, segmentado de acordo com os respectivos tópicos: caminhos percorridos, origem dos dados, instrumentos de coleta de dados e método de análise. O quarto capítulo relaciona-se aos resultados e discussão, com sua abordagem dividida em: caracterização do local de pesquisa, caracterização da população local, organização dos dados coletados e, por fim, análise e discussão dos dados coletados. Para finalizar, o último e quinto capítulo diz respeito às considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, será abordada a relação entre sociedade e o meio ambiente, trazendo abordagens sobre os impactos do modelo de desenvolvimento, além do surgimento dos primeiros estudos acerca do tema. Posteriormente, é apresentada a definição de povos e comunidades tradicionais, seu modo de vida, bem como a sua categorização. Por fim, aborda-se sobre a relação do conhecimento tradicional com a preservação do meio ambiente.

2.1 O debate ambiental em questão

Consoante Toledo (2001), as estatísticas mundiais indicam que quase metade dos habitantes do planeta está ainda inserida na apropriação dos recursos naturais. Essa apropriação é realizada por um grande número de produtores primários através do manejo dos ecossistemas terrestres, marinhos e de água doce. Essa relação entre sociedade e meio ambiente vem se afirmando como uma das principais preocupações, tanto no campo das políticas públicas quanto no da produção de conhecimento. “A destruição da megafauna é apenas a manifestação mais visível das transformações que, desde os hominídeos que antecederam o Homo sapiens, vêm sendo impostas aos ecossistemas” (FOLADORI; TAKS, 2004, p.225). Nesse sentido, Foladori e Taks (2004) afirmam que as epidemias de varíola entre os anos 251 e 266 d.C., a peste bubônica nos séculos XIII e XIV, e as catástrofes provocadas pelas epidemias na América espanhola do século XVI são exemplos eloquentes de uma relação pouco harmônica com a natureza externa e interna ao ser humano, ainda que estes resultados tenham sido indiretos e não intencionais.

Conforme Monteiro (2018), as preocupações com a humanidade decorrentes dos impactos ambientais começaram a ser pensadas já no século XX. “O clima de opinião da década de 1970 caracterizou-se por um extremado pessimismo em relação aos impactos ambientais do terceiro funcionamento do sistema econômico”(MUELLER, 2005, p.688). Contudo, Guimarães (1998) discursa que foi na Conferência de Estocolmo, ocorrida entre os dias 5 a 16 de junho de 1972 na capital da Suécia, Estocolmo, que se iniciaram os primeiros debates entre nações a respeito da questão ambiental e do modelo de desenvolvimento. Foi nessa Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que ocorreu as primeiras reuniões nas quais deram ênfase aos impactos negativos do processo de desenvolvimento no meio ambiente e social.

Posto isto, desenvolvimento sustentável é definido como

um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (NOSSO..., 1988, p. 46).

Nesse contexto, com a publicação do Nosso Futuro Comum, de acordo com Guimarães e Feichas (2009), a questão ambiental ganhou uma maior importância. Dessa maneira, conforme Paul E. Little (2003), com a consolidação dos estudos ambientais, no campo ambiental, surgiram as expressões “povos e comunidades tradicionais” dentro do contexto de debate internacional sobre as políticas de preservação e conservação ambiental relacionadas a temas como biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Com isso, essa definição foi utilizada para nomear, identificar e classificar uma diversidade de culturas e modos de vida de um conjunto de grupos sociais que, historicamente, têm ocupado áreas destinadas à preservação e à conservação do meio ambiente. Segundo Toledo (2001), esses povos e comunidades são considerados pobres ou tratados como seres invisíveis, porém, em última análise, eles detêm a chave de uma conservação exitosa em muitas das áreas biologicamente mais ricas do planeta. Assim, “em anos recentes, atenção especial tem sido dada ao desenvolvimento sustentável baseado em comunidades, como mecanismos chave para reforçar a participação correta das comunidades locais na conservação da biodiversidade” (TOLEDO, 2001, p.13).

2.2 Povos e comunidades tradicionais

No Brasil, consoante o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu art. 3º, § 1º, povos e comunidades tradicionais podem ser definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

2.2.1 Modo de vida de povos e comunidades tradicionais

“Existem mais de 300 milhões de pessoas pertencentes a povos e comunidades tradicionais vivendo em 75 dos 184 países do mundo, ocupando praticamente cada um dos principais biomas do planeta” (TOLEDO, 2000, p.2). O reconhecimento da existência de “estilos de vida tradicionais” no âmbito do conservacionismo internacional deu-se na conjuntura da incorporação oficial do princípio do zoneamento à definição das áreas protegidas e do surgimento das preocupações em relacionar a conservação da biodiversidade *in situ* com o desenvolvimento socioeconômico à escala local na gestão dessas áreas (BARRETO FILHO, 2006, p.111). “Desde a última década do século XX, a questão das populações tradicionais já se fazia presente nos debates sobre a diferença de modos de ser de populações” (THUM, 2017, p.165).

A partir do final da década de 1980, são identificadas sensíveis mudanças, na América Latina e no Brasil, na dinâmica política dos conflitos sociais do mundo rural, sobretudo pela emergência de uma espécie de “polifonia política”, com o surgimento de uma diversidade de novas vozes, de “novos” sujeitos políticos protagonistas que emergem na cena pública e nas arenas políticas. Nesse período, começam a ganhar força e objetivação, na forma de movimentos sociais, as reivindicações de uma diversidade de grupos sociais denominados ou autodenominados “populações tradicionais”, ou, mais recentemente, “povos e comunidades tradicionais” (CRUZ, 2012, p. 596).

Segundo Cruz (2012), no início da década de 1990, com a consolidação da questão ambiental, os termos “povos e comunidades tradicionais” popularizaram-se e, com o tempo, foram apropriados por um conjunto mais amplo de grupos e movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), pela mídia, academia e o próprio Estado, institucionalizando, assim, essas categorias na forma de legislação, direitos e políticas públicas. Para Paul Little (2006), no contexto do debate internacional acerca de temas como o desenvolvimento sustentável e a biodiversidade e sua relação com preservação e conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, que emergiu o uso dos termos “povos e comunidades tradicionais” para nomear, identificar e classificar uma diversidade de culturas e modos de vida de um conjunto de grupos sociais que, historicamente, têm ocupado áreas agora destinadas à preservação e à conservação do meio ambiente.

De acordo com Diegues (2001), povos e comunidades tradicionais são populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos. Com o isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra. Thum (2017) aborda que os modos de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais apresentam características de uso do território, seja por ações de cultivos de alimentos, seja por ações de cunho imaterial. Ritos, modos de fazer, conservação por uso são elementos presentes nesses espaços e componentes das territorialidades.

Segundo Diegues (1983), numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, no qual a dependência do mercado já existe, mas não é total. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas que se desenvolvem do modo de produção da pequena produção mercantil. Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria)(DIEGUES, 2000, p.18). Almeida (1999) e Abreu (2005) reforçam que estes grupos estão baseados em grupos familiares e de vizinhança, que utilizam técnicas extensivas de produção, com articulação parcial aos mercados de terra e de trabalho.

Assim, de acordo com BRANDÃO (2010) e RODRIGUES, GUIMARÃES, COSTA, (2011), a comunidade tradicional constitui-se como um grupo social local que desenvolve como características: dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; o saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis; o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; a atualização pela

memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; e a estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental.

2.3 Categorização de povos e comunidades tradicionais

“O Brasil, além de apresentar uma das maiores taxas de diversidade biológica do planeta, é um dos países de maior diversidade cultural” (DIEGUES, 2000, p.26). Nesse contexto, para Diegues (2001); Darcy Ribeiro (1995) e Lisboa (1997) os povos e comunidades tradicionais são categorizados da seguinte maneira.

QUADRO 1 - CATEGORIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

OS CAIÇARAS: são comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Eles apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina.

OS JANGADEIROS: são essencialmente pescadores marítimos que habitam a faixa costeira situada entre o Ceará e o sul da Bahia; pescando com jangadas. Utilizam as "jangadas de alto" para pesca em alto-mar, ao passo que os paquetes e botes, pequenas jangadas, servem para a pesca costeira e estuarina. Eles detêm um grande conhecimento da arte de navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação por meio do qual, linhas imaginárias são traçadas a partir de acidentes geográficos situados no continente.

OS CABOCLOS/RIBEIRINHOS AMAZÔNICOS: as populações tradicionais não-indígenas da Amazônia caracterizam-se sobretudo pelas suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre. Os caboclos/ribeirinhos vivem, principalmente, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. A atividade da pesca constitui uma fonte importante de proteína e também de renda. Hoje, em muitos rios, eles enfrentam a concorrência de pescadores comerciais provenientes das cidades, que pescam com rede e outros equipamentos mais destrutivos, arrastões e malhadeiras e que vendem a produção, muitas vezes, para as geleiras.

OS SERTANEJOS / VAQUEIROS: ocupam a orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semi-áridas das caatingas. Eles possuem um movimento secular de expansão da ocupação humana dos desertos interiores. Caracterizam-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por um carrancismo de hábitos, laconismo e rusticidade, predisposição ao sacrifício e à violência.

OS CAIPIRAS: são hoje, em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-Oeste, em pequenas propriedades onde desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado. Eles desenvolvem formas de convívio e ajuda mútua nas atividades agrícolas bem como formas de religiosidade peculiares em torno de capelas e igrejas, onde nos domingos e feriados é reverenciado o santo padroeiro.

OS AÇORIANOS: são descendentes dos imigrantes açorianos e também dos madeirenses e portugueses

continentais que se estabeleceram no litoral catarinense e riograndense a partir de meados do século XVIII, guardando traços culturais próprios, fruto da miscigenação com negros e índios. Os pescadores de origem açoriana ficaram conhecidos como excelentes profissionais da pesca, migrando sazonalmente entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, onde eram conhecidos como pescadores andorinhas.

OS VARJEIROS (ribeirinhos não-amazônicos): são consideradas aquelas populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco. Essa denominação é também aplicada a ribeirinhos e caboclos de outros rios, como o Paraná. Um outro conjunto de trabalhos diz respeito aos varjeiros do baixo São Francisco, próximo à foz do rio. Esses trabalhos referem-se às transformações porque passa o rio depois da construção das hidroelétricas e seu impacto sobre o modo de vida dos varjeiros.

OS PANTANEIROS: homem do Pantanal, residente no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constitui-se numa população que vive numa das maiores áreas inundáveis do planeta, subsistindo à base de atividades agro-pastoris nas fazendas da região ou em pequenas propriedades à beira dos rios. São formados por donos de fazenda, peões, vaqueiros, capatazes, barqueiros, pescadores, garimpeiros, fruto da miscigenação com as tribos indígenas originais, colonizadores vindos do sudeste e dos escravos negros. As atividades dos pantaneiros são marcadas pelo contraste entre os períodos de estiagem e das grandes enchentes. A pecuária de corte é uma atividade que acompanhou o homem colonizador na ocupação do território. O regime de criação nas pastagens naturais é extensivo, sendo este um uso tradicional da região.

OS QUILOMBOLAS: são descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas pelos antigos grandes proprietários. A Constituição de 1988 garantiu seu direito sobre a terra da qual vivem, em geral de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, segundo as várias regiões em que se situam. Assim os quilombos da Amazônia, muitas vezes situados ao longo dos rios e igarapés, garantem sua subsistência com a pequena pesca, o extrativismo e a pequena agricultura. Em outras regiões, as atividades são quase exclusivamente agrícolas.

OS PASTOREIOS: o termo pastoreio refere-se à população sulina dos gaúchos que vivem nos pampas e coxilhas sulinas. No interior do Rio Grande do Sul existe uma expressiva região campestre com cerca de 60.000km² formando, em termos gerais, os pampas gaúchos, que podem ser divididos em duas regiões: a planície gaúcha, os pampas verdadeiros que ocupam uma parte considerável do nordeste da Argentina e as coxilhas, uma paisagem marcada por montanhas baixas, intercaladas por vales, com vegetação campestre entremeada com pequenos capões florestais.

OS PESCADORES: essa categoria de população não-tradicional está espalhada pelo litoral, pelos rios e pelos lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades

econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Os pescadores, sobretudo os artesanais, praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é, em geral, familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos. Apesar de grande parte deles viver em comunidades litorâneas não-urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo aí uma solidariedade baseada na atividade pesqueira.

OS BABAÇUEIROS: são populações extrativistas que vivem principalmente da coleta do babaçu e da utilização dessa palmeira, sobretudo no Meio-Norte, na zona do cerrado e floresta: Maranhão, Piauí e algumas áreas de Estados vizinhos, incluindo o norte de Goiás. Eles não praticam somente a coleta, mas também a pequena agricultura, e na região central do Maranhão intercalam cultivos de arroz, mandioca, milho e feijão em suas pequenas propriedades.

OS SITIANTES: à semelhança da categoria dos pescadores, a dos sitiantes é bastante ampla, cobrindo aquelas populações que, apesar de basear seu modo de vida na agricultura, desempenham outras atividades complementares, como a pesca, o artesanato e o trabalho assalariado. Podem ser considerados pequenos produtores rurais, morando em pequenas propriedades rurais – os sítios –, nos interstícios da grande propriedade ou em bairros rurais. A mão-de-obra dos sítios é essencialmente familiar, apesar de em certos momentos do ciclo agrícola utilizarem alguma força de trabalho assalariada ou ainda, em alguns poucos casos, cada vez mais raros, a cooperação dos vizinhos — o mutirão.

OS PRAIEIROS: são moradores da faixa litorânea da região amazônica compreendida entre o Piauí e o Amapá, genericamente chamados de pescadores, pescadores artesanais, mas apresentam características socioculturais que os diferenciam das outras comunidades litorâneas, como os caiçaras e jangadeiros. São muito influenciados por uma grande diversidade de ecossistemas e habitats que se caracterizam por grandes extensões de mangue, litoral muito recortado e marcado por uma grande amplitude de maré, ilhas e também praias arenosas e dunas, como ocorrem nos Lençóis Maranhenses.

AS POPULAÇÕES INDÍGENAS: são 206 povos indígenas com cerca de 180 línguas e sociedades diferenciadas, vivendo em milhares de aldeias espalhadas de norte a sul do país, presentes em todos os estados, com exceção do Rio Grande do Norte e Piauí. As terras indígenas são propriedades da União, de posse coletiva das etnias que as ocupam, as quais detêm legalmente o direito a seu usufruto exclusivo, encontrando-se em graus variados de reconhecimento pelo Estado. Algumas estão demarcadas e contam com registros em cartórios, mas outras estão em fase de reconhecimento e há, também, áreas indígenas sem nenhuma regularização. Entretanto, o Estado não tem garantido seu papel legal de proteção às áreas

indígenas; mesmo as totalmente regularizadas, na sua maior parte, sofrem invasões de garimpeiros, mineradoras, madeireiras e posseiros; são cortadas por estradas, ferrovias, linhas de transmissão, áreas inundadas por usinas hidrelétricas e outros impactos decorrentes de projetos econômicos da iniciativa privada e projetos desenvolvimentistas governamentais.

Fonte: adaptado de Diegues (2000).

2.4 O conhecimento tradicional e a proteção do meio ambiente

“Conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração” (DIEGUES, 2000, p.30). Em conformidade com Little (2002), na busca por uma alternativa viável de desenvolvimento sustentável, os povos tradicionais foram considerados pelos ambientalistas como parceiros com muitas afinidades, devido a suas práticas históricas de adaptação. Ou seja, a dimensão ambientalista dos territórios sociais se expressa na sustentabilidade ecológica da ocupação por parte desses povos durante longos períodos de tempo, baseada nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas. Ribeiro (1992) e Little (1995) retificam que “com a consagração do conceito de desenvolvimento sustentável como elemento de um suposto novo paradigma de desenvolvimento, criou-se possibilidades para novas alianças.”

O conhecimento tradicional é um grande indicador do grau da evolução cultural do homem com o seu ambiente, que, por meio de processos contínuos e dinâmicos, geram conhecimentos os quais perpetuam enquanto permanece a relação entre os humanos e seu ambiente. Assim, ele é uma das facetas da evolução cultural que se manifesta na arte, no esporte, nas atividades e práticas artesanais, na criação de instrumentos de trabalho, nas práticas de cura, nos costumes de vestimenta e, inclusive, nos hábitos alimentares – respondendo pela segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades (EMBRAPA, 2015, p.15).

Segundo Toledo (2001) para os povos e comunidades tradicionais a terra e a natureza em geral apresenta qualidades sagradas que são ausentes no pensamento ocidental. Esses povos e comunidades não consideram a terra simplesmente como um recurso econômico. A natureza é, portanto, não somente uma fonte produtiva, mas o centro do universo, da cultura e base da identidade étnica. Spamer e Silva (2017) também afirmam que esses povos tradicionais exercem uma lógica de reciprocidade com a terra, com o seu território e com as outras formas de vida. Fugindo da concepção de uma natureza restrita a

recursos naturais, os PCTs coexistem de maneira mutuamente cooperada sob a lógica de que toda forma de vida humana e não humana tem o direito de existir e usufruir do meio que ocupam.

Segundo Diegues (2000) alguns consideram que as culturas e os saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos. Ademais, Toledo (2001) identifica as populações tradicionais como detentoras de uma sabedoria tradicional, considera que esta categoria social é o fio condutor para o estabelecimento da relação humana com a natureza. LIMA e POZZOBON (2005) reiteram que os saberes tradicionais, expressos entre outras formas pelo uso/manejo de recursos naturais desses povos, passaram a ser considerados como práticas históricas de adaptação que refletem níveis de sustentabilidade ecológica, sendo aspectos chave à conservação e ao desenvolvimento. “Da completa invisibilidade e/ou consideradas como fator antrópico, após conflitos, debates e resoluções, elas passaram a ser reconhecidas por seu valor conservacionista e estimadas como “guardiãs da floresta” (CALEGARE; HIGUSHI; BRUNO, 2014, p.115).

Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável, embora possa ter várias matrizes interpretativas, tem razão de estar na categorização de Povos e Comunidades Tradicionais, pois são populações que vivenciam processos de cuidado com a terra e dela tiram seu sustento. As práticas de conservação dos recursos naturais são passadas para as novas gerações exatamente porque são processos presentes nos modos de vida dos diferentes segmentos (THUM, 2017, p.168).

As atuais crises que a sociedade humana enfrenta nos coloca, obrigatoriamente, no dever de resgatar, compreender e aprender com o conhecimento tradicional e os seus fundamentos, pois representam grande oportunidade de colaborar na busca de caminhos novos e mais seguros para a sobrevivência da humanidade (EMBRAPA, 2015, p.16).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Segundo Carvalho (2016), a pesquisa é uma atividade humana cujo propósito é descobrir respostas para indagações ou questões significativas que são propostas. Para iniciar

uma pesquisa científica, faz-se necessário um problema, para o qual se busca uma resposta ou solução, através da utilização do método científico. Ademais, de acordo com Ferrari (1974)

A pesquisa tem por finalidade tentar conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial, isto é, a forma como se processam as suas estruturas e funções, as mudanças que provocam, e até que pontos podem ser controladas e orientadas. Por isso é que de início as pesquisas começam com interrogações. A finalidade da pesquisa não é só acumulação de fatos, mas a sua compreensão, o que se obtém desenvolvendo e lançando hipóteses precisas que manifestam sob a forma de questões e enunciados.

Dessa maneira, nesta pesquisa combinou-se dois métodos como meios técnicos de investigação, sendo eles o método observacional - através da observação sistemática - e o método estatístico com o fim de analisar a avaliação de satisfação dos participantes acerca do que foi aplicado no questionário. Isso porque, segundo Gil (2007), nem sempre um único método é suficiente para orientar os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação. De acordo com Gil (2008), a maioria das pesquisas sociais requer algum tipo de análise estatística, justificado pelo fato de que as técnicas estatísticas disponíveis constituem notável contribuição não apenas para a caracterização e resumo dos dados, como também para o estudo das relações que existem entre as variáveis e também para verificar em que medida as conclusões podem estender-se para além da amostra considerada.

Portanto, para o alcance dos objetivos, este trabalho tem como tipo a pesquisa descritiva - realizada a partir das vivências de campo na comunidade Maceió, pertencente ao Assentamento Maceió. Essas vivências constituem parte das atividades de campo do Programa de Educação Tutorial Agrárias Conexão de Saberes. Assim, para Gil (2007) “a pesquisa descritiva descreve e busca descobrir a frequência com que o fato ocorre, sua natureza e suas características, causas e relações com outros fatos; delinea o que é”.

E, quanto aos procedimentos, adotou-se dois tipos: a bibliográfica que, segundo Carvalho (2016) trata-se do levantamento da bibliografia já publicada sobre o assunto de interesse. Para isso utilizou-se os programas *Scientific Electronic Library Online* e *Google Scholar*. E o estudo de caso que, de acordo com Gil (1987), é uma prática simples, que oferece a possibilidade de redução de custos, apresentando como limitação a impossibilidade de generalização de seus dados.

Quanto à abordagem do problema, adotou-se como tipologias as pesquisas quantitativas e qualitativas. Segundo Núbia Bastos (2008), os conceitos de quantitativas e qualitativas não são totalmente dissociados na medida em que, de um lado, a quantidade é

uma interpretação, uma tradução, um significado atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma qualificação dessa grandeza) e, de outro, ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois sem reação a algum referencial teórico, não tem significado em si.

Segundo Richardson (1999, p.70) a abordagem quantitativa é caracterizada pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coletas de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples às mais complexas. Também, Richardson (1999, p.80) afirma que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

3.1 Caminhos percorridos

Como primeiro contato, primordialmente, foi realizada uma visita de reconhecimento à comunidade, onde foi possível visitar o espaço de interesse e conhecer alguns moradores, tendo como finalidade identificar questões relevantes a serem investigadas. Essa primeira visita ocorreu entre os dias 11 a 15 de fevereiro de 2020. Essa vivência também foi uma atividade do Programa Residência Agrária e do Programa de Educação Tutorial Conexão de Saberes. Para a visita ao campo e coleta dos dados primários, a princípio o percurso partiu da cidade de Fortaleza, localidade em que a autora reside. Utilizou-se como transporte a linha de ônibus partindo da capital até a cidade de Itapipoca. Posteriormente, utilizou-se um transporte escolar que levou e orientou a chegada ao assentamento, bem como ao território de pesquisa. A pesquisa de campo ocorreu entre os dias 15 a 19 de maio de 2022. Contou-se com a recepção e hospedagem, durante todo o período em Maceió, na casa de uma das anfitriãs da história do assentamento Maceió, Dona Maria Branca - residente assentada da comunidade e militante da história de luta e resistência do assentamento Maceió.

3.2 Origem dos dados

Os dados são de natureza primária e secundária, abrangendo informações quantitativas sobre a avaliação de satisfação da comunidade acerca das condições

socioeconômicas e ambientais, e os qualitativos foram obtidos por meio das visitas às famílias participantes e pesquisa bibliográfica. Além de dados geográficos acerca da área de estudo por meio de trabalhos já escritos.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

Para analisar a situação socioeconômica e ambiental da Comunidade Maceió, realizou-se um diagnóstico das famílias entrevistadas, por meio das visitas à comunidade e pela aplicação de questionário tomando-se como base a tese de mestrado do Monteiro (2018) para posterior criação dos indicadores das dimensões analisadas. Esse questionário foi aplicado a uma amostra de 31 famílias, o que corresponde a 15,5% das aproximadamente 200 famílias residentes na comunidade. Outros instrumentos utilizados para coleta dos dados, além do questionário e das visitas, foram as técnicas de observação, o uso do diário de campo e participação em uma reunião com os moradores do assentamento, como mostrado na figura 01.

Figura 1 - Reunião entre moradores das comunidades do Assentamento.



Fonte: autoria própria (2022).

Figura 2 - Aplicação do questionário junto às famílias entrevistadas.



Fonte: autoria própria (2022).

3.4 Método de análise

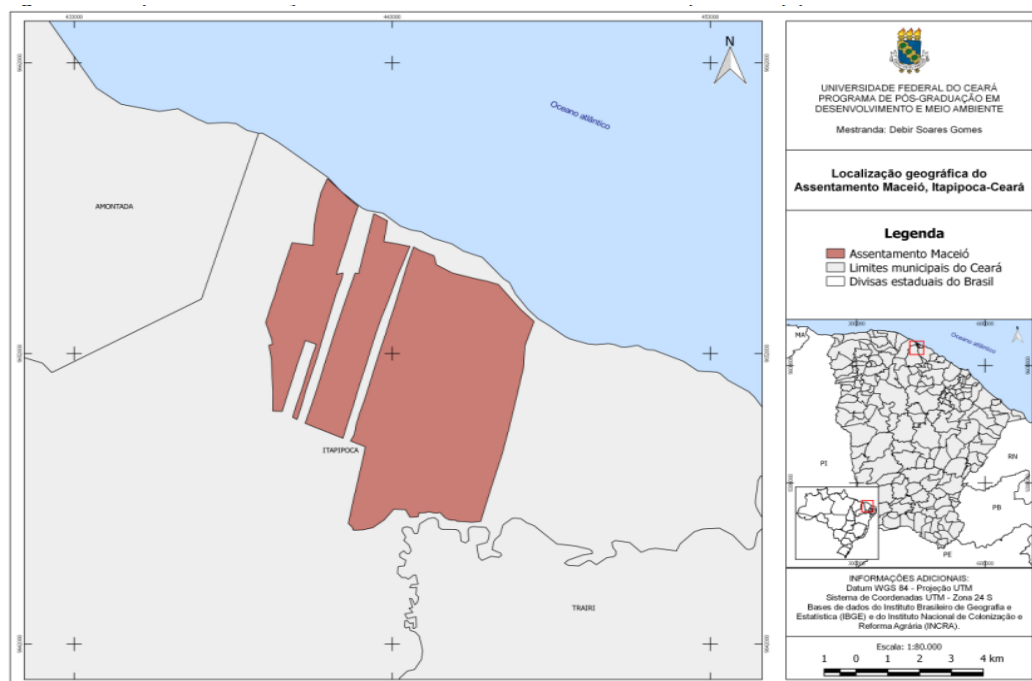
Os dados estatísticos foram organizados no Excel separados em três documentos Microsoft Excel Worksheet, um para cada dimensão, com uma aba referente aos itens perguntados e outra aba referente aos dados coletados em cada documento. Posteriormente, foram importados para o Software R-Studio. No programa, às respostas dos questionamentos aplicados - (Péssimo), (Ruim), (Indiferente), (Bom), (Ótimo) - foram atribuídos os respectivos escores de (0), (1), (2), (3) e (4). Depois, os dados substituídos foram plotados em escala likert e, por fim, foi gerado o gráfico para posterior análise em gráfico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização do local de pesquisa

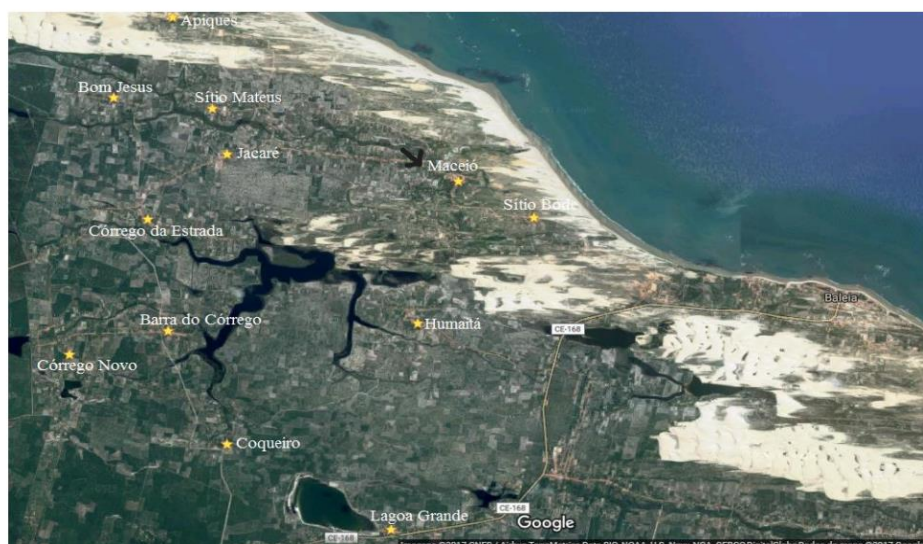
Utilizou-se como unidade de pesquisa a comunidade Maceió - situada próximo às dunas após a pancada do mar, em distância aproximada de 1,5 km - pertencente ao assentamento de reforma agrária Maceió, na cidade de Itapipoca. Na comunidade contem, aproximadamente, 200 famílias, as quais não foi possível identificar as assentadas e as agregadas. O Assentamento possui uma área de 5.844,72 hectares, formada por zona de praia e pós-praia, campos de dunas, lagoas, riachos e dunas de tabuleiro. Localiza-se na planície litorânea oeste do Ceará, distante 60 km da sede do município e 157 km da capital Fortaleza. O território é distribuído em 11 comunidades, sendo elas: Apiques, Córrego da Estrada, Coqueiro, Jacaré, Humaitá, Bode, Mateus, Córrego Novo, Bom Jesus, Barra do Córrego e Lagoa Grande e Maceió (campo de análise desta pesquisa).

Figura 3 - Mapa geográfico do Assentamento Maceió, onde localiza-se a comunidade Maceió.



Fonte: Gomes (2014).

Figura 4 - Mapa aéreo de localização das comunidades do Assentamento Maceió.



Fonte: Google maps (2017) apadaptado por MONTEIRO (2018).

4.2 Caracterização da população local

A princípio foi traçado o perfil social e econômico das famílias camponesas entrevistadas e do território pesquisado, possibilitando o levantamento de dados relevantes e os aspectos identificados em cada uma das dimensões. Em relação ao gênero, a maioria das pessoas que foi aplicado o questionário são do sexo feminino. Os dados da Tabela 02 mostram que 74,19% dos entrevistados são mulheres e 25,81% são homens. Isso se explica porque, muitas vezes, somente a mulher estava em casa, visto que o homem estava no campo ou no mar. Além disso, identificou-se que a ocupação exercida pelos entrevistados tem como base a agricultura de subsistência, a pecuária, a pesca e o artesanato (renda). As culturas predominantes em seus quintais produtivos são o cultivo de mandioca, cajueiro, coqueiro, milho, feijão, cajueiro e verduras. E a criação de galinha, peru, porcos, capotes e patos. Salientando que, as mulheres, além de exercerem o papel de dona de casa e agricultora, também são rendeiras e desenvolvem peças de artesanato a base da renda de birro.

Figura 5 - Tabela de participação

GÊNERO	% DE PARTICIPANTES	Nº DE ENTREVISTADOS
Mulher	74,19%	23
Homem	25,81%	8
Total	100%	31

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Figura 6 - Tabela de ocupação

RENDA FAMILIAR	%	Nº de entrevistados
Agricultura	90,33%	28
Pesca	22,5%	7
Renda	16,12%	5
Dona de casa	74,19%	23
Outro	9,7%	3
TOTAL	100%	31

Fonte: elaborado pela autora (2022).

4.3 Organização dos dados coletados

Por meio dos resultados obtidos com a pesquisa de campo e aplicação de questionário foram estimadas a avaliação de satisfação de cada dimensão.

4.3.1 Dimensão Social

A dimensão social refere-se à satisfação das famílias assentadas da comunidade Maceió a respeito das suas necessidades básicas diárias, bem como o amparo de políticas públicas voltadas ao assentamento. Portanto, neste trabalho foram avaliados os seguintes indicadores: moradia, infraestrutura de iluminação, serviços de saúde, condição das estradas, atividades para lazer e segurança.

Figura 7 – Tabela do resultado de satisfação da dimensão social

INDICADORES	PÉSSIMO	RUIM	INDIFERENTE	BOM	ÓTIMO
Condição de moradia	1	1	0	16	13
Infraestrutura de iluminação	4	15	10	2	0
Serviços de saúde	2	11	2	15	1
Condições da estrada	12	17	2	0	0
Opções de lazer	1	13	10	5	2
Segurança	2	3	3	10	13

Fonte: própria autoria (2022).

Moradia

"Estou muito satisfeita com minha casinha. Só por não ter que pagar aluguel e ela ser minha. Não ter aquela confusão de (a terra é minha, tenho documento)." (DONA ALRIZETE, 2022).

Infraestrutura de iluminação

Figura 8 - Iluminação à noite na comunidade.



Fonte: própria autoria (2022).

Serviços de saúde

Figura 9 - UBS de Maceió.



Fonte: própria autoria (2022).

Estrada

Figura 10 - Estrada da comunidade em período de chuva.



Fonte: própria autoria (2022).

Atividades para lazer

Figura 11 - Praia Barrinha e igreja localizados na comunidade Maceió.



Fonte: própria autoria (2022).

Segurança

“Aqui na comunidade é muito tranquilo. Eu me canso de dormir com a porta sem o ferrolho. Não tem esse negócio de roubo, de ladrão. Aqui é bom demais.” (DONA MARIA BRANCA, ASSENTADA E AGRICULTORA, 2022).

4.3.2 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental refere-se à satisfação da comunidade sobre a relação das famílias com a natureza e a sua qualidade. Assim, foram questionados os seguintes pontos: água para consumo humano, água disponível para plantio, qualidade do solo, preservação do meio ambiente, rede de esgoto, coleta de lixo e a qualidade do ar.

Figura 12 – Tabela do resultado de satisfação da dimensão ambiental.

INDICADORES	PÉSSIMO	RUIM	INDIFERENTE	BOM	ÓTIMO
Água para consumo humano	0	3	2	21	5
Água para plantio	2	1	3	18	7
Qualidade do solo	1	1	5	19	5
Preservação ambiental pela comunidade	2	9	3	13	4
Rede de esgoto	2	8	14	6	1
Tratamento de resíduos sólidos	0	9	0	18	4
Qualidade do ar	0	1	0	13	17

Fonte: autoria própria (2022).

Água para consumo humano

Figura 13 - Caixas d'água e bomba para puxar água.



Fonte: Monteiro. 2018.

Figura 14 - Reservatório de água da SISAR.



Fonte: própria autoria (2022).

Disponibilidade de água para plantio

Figura 15 - Lagoa onde mulheres lavam roupas.



Fonte: própria autoria (2022).

Qualidade do solo

Figura 16 - Plantação de mandioca no quintal de uma moradora.



Fonte: própria autoria (2022).

Preservação do meio ambiente pela comunidade

Figura 17 - Campanha de conscientização ambiental na praia.



Fonte: própria autoria (2022).

Rede de esgoto

“Tô muito insatisfeita né! A gente não tem rede de esgoto.” (DONA ANGÉLICA, AGRICULTORA, 2022).

Coleta de lixo

“A coleta do lixo deixa a desejar. Tem gente aqui que fica longe pra deixar o lixo, daí joga no terreno.” (CONCEIÇÃO PIRES, AGRICULTORA, 2022).ABNT

Qualidade do ar

“O ar aqui é muito bom. Ar puro, todo limpo. Diferente demais das cidades né.” (DONA MARIA BRANCA, ASSENTADA E AGRICULTORA, 2022).

4.3.3 Dimensão Econômica

A dimensão econômica refere-se à satisfação da comunidade em relação aos fatores que influenciam a formação de renda das famílias, logo, foram avaliados os seguintes fatores: sistema de trocas de produtos agrícolas, pesqueiros, de renda e etc entre os assentados da comunidade; condição de renda familiar; condição financeira para aquisição de matéria-prima/equipamentos; lucro das vendas dos produtos agrícolas, pesqueiros, de renda e etc; mão-de-obra na agricultura, pesca ou renda; e volume e qualidade da colheita da agricultura, pesca, artesanato.

Figura 18 - Tabela do resultado de satisfação dimensão econômica.

INDICADORES	PÉSSIMO	RUIM	INDIFERENTE	BOM	ÓTIMO
Vendas dos produtos	2	4	9	14	2
Troca dos produtos	1	3	12	7	8
Renda familiar	0	9	4	13	5
Cond. financeira para aquisição de produtos	1	11	12	6	1
Lucro com as vendas	2	10	11	7	1
Mão-de-obra no trabalho	3	0	15	10	3
Volume e qualidade da colheita	1	3	4	23	0

Fonte: autoria própria (2022).

Venda dos produtos

Pelo menos as rendas que eu faço aqui não dá muito lucro porque a gente vende só por aqui mesmo, pra atravessador. E eles querem comprar muito barato. Uma peça dessa aqui - uma camiseta feminina - eles compram por 50 reais. Coisa que eu passo de mês pra fazer. (DONA RITA, RENDEIRA, 2022).

Troca de produtos

“Aqui os vizinhos tudo faz troca. Se der muita banana, a gente doa, troca por outra comida. Todo mundo é unido.”

(DONA MARIA BRANCA, ASSENTADA E AGRICULTORA, 2022).

Figura 19 - Quintal produtivo de Dona Maria Branca.



Fonte: própria autoria (2022).

“Aqui ninguém passa fome. Porque sempre que vou pegar minhas colheitas, sempre dou um tanto pra minha cunhada aqui do lado, pro outro vizinho, pra minha comadre. Todo mundo se ajuda.” (DONA MARIA BRANCA, ASSENTADA E AGRICULTORA, 2022).

Renda familiar

“Eu tô satisfeito com a renda da casa. Dá pra pagar as coisas de casa, quando precisa comprar remédio.” (JOSUE DA GUIA, 2022).

Condição financeira para aquisição de matéria-prima/equipamentos

“Aqui a gente não gasta muito pra comprar as coisas. O adubo a gente faz aqui pra plantar, material pra pesca é tudo artesanal.” (JOSUE DA GUIA, 2022).

Lucro das vendas

A gente que faz renda não lucra muito. Só a linha pra fazer uma peça dessa custa caro, uns a 7 a 12 reais. A gente vende pra atravessador, daí ela quer comprar por um preço muito baixo. Aí tem que vender né, não tem como vender fora. Aí fica por isso mesmo (DONA MARIA, RENDEIRA, 2022).

Mão-de-obra na agricultura, pesca ou renda

“Aqui em casa todo mundo trabalha. Meu marido não precisa pagar ninguém. Então tô satisfeita.” Lindalva, agricultora e dona de casa.” (JOSUE DA GUIA, 2022).

Volume e qualidade da colheita e pesca

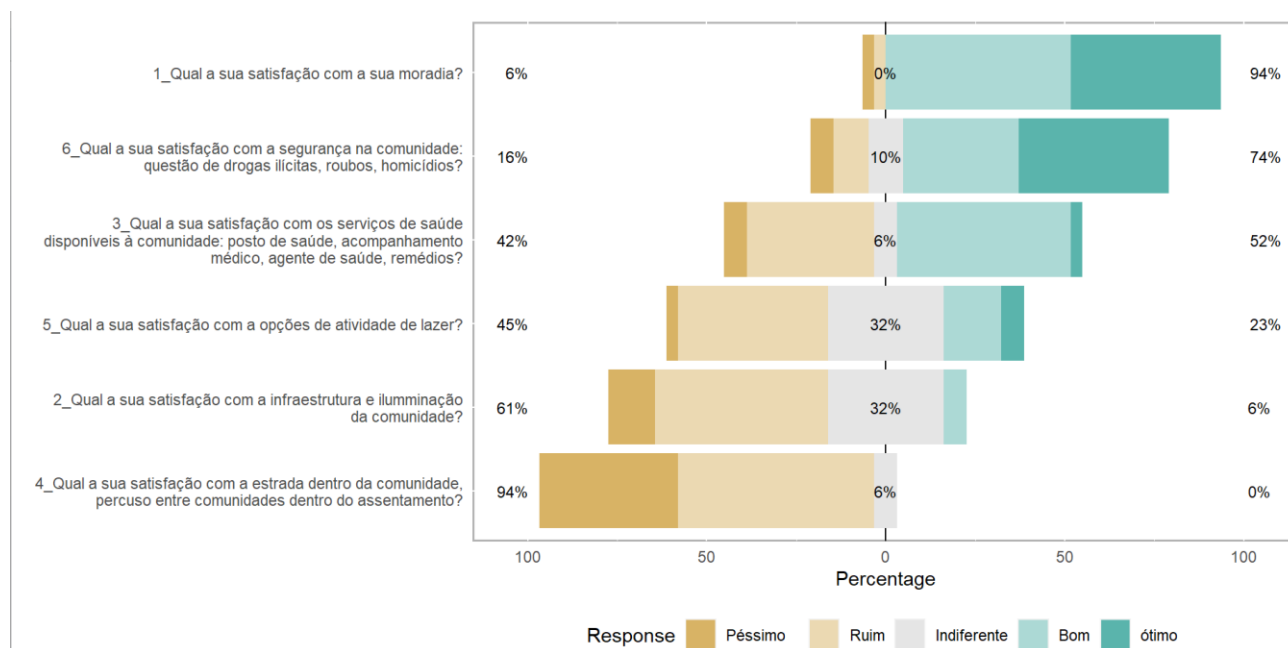
Figura 20 - Produtos obtidos na pesca e na agricultura.



Fonte: própria autoria (2022).

4.4 Análise e discussão dos dados coletados

Gráfico 1- Satisfação da Dimensão Social.



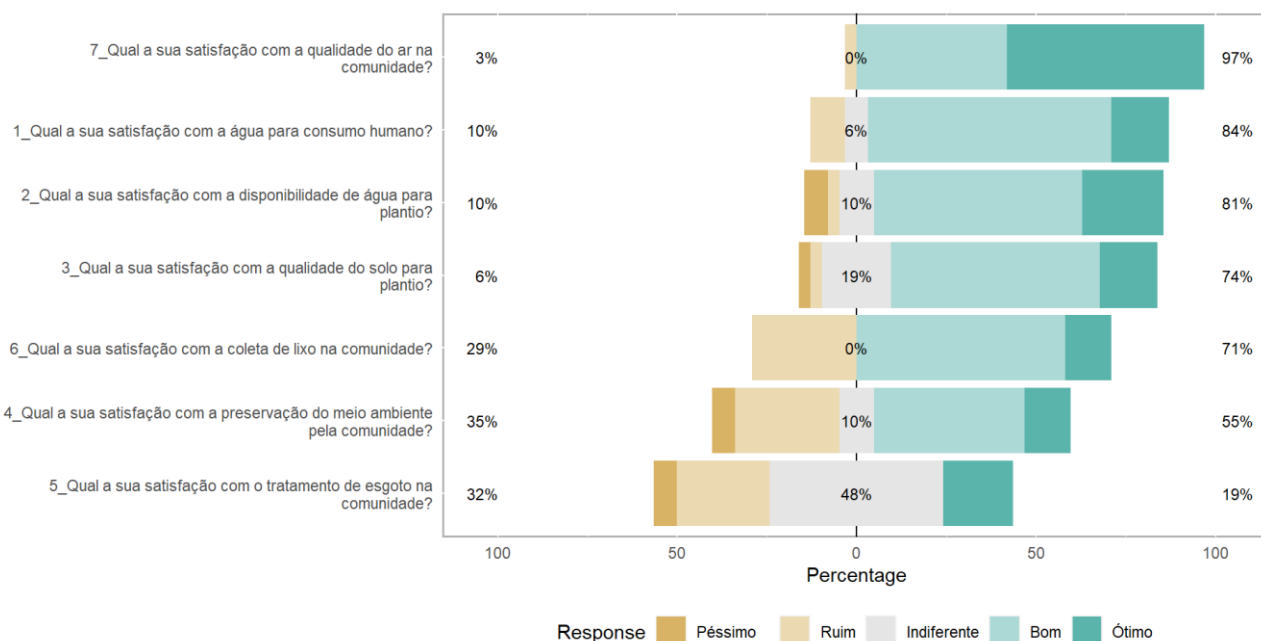
Fonte: autoria própria (2022).

O gráfico acima dá um panorama geral com todas as variáveis selecionadas para avaliar a dimensão social. Na variável central do gráfico diz respeito à neutralidade, ou seja, os casos que são indiferentes à situação questionada. No lado esquerdo, de tons terra, é mostrada a avaliação péssima e ruim dos moradores sobre as condições analisadas. E, ao lado direito, de tons azuis, relaciona-se à avaliação boa e ótima das variáveis.

Nota-se que a variável moradia apresentou uma taxa de avaliação positiva, com 94% avaliada entre bom e ótimo. Isso é justificado, segundo depoimentos dos entrevistados, pelo fato de que as suas moradias são de posse dos moradores e não há a necessidade de pagar aluguel para ter onde morar, além de ser fruto de uma histórica conquista de luta e resistência da comunidade em conflitos agrários. Sobre a variável segurança, uma parte significativa avaliou como boa e ótima, com 74% somados os dois. Porém a mesma variável mostrou um resultado negativo, isso porque, de acordo com os sujeitos, devido aos conflitos agrários presentes na realidade de quase todo meio rural, ainda há receio por parte dos moradores em perder a posse de sua terra. A variável serviços de saúde obteve um resultado importante, visto que a taxa de avaliação entre ruim e bom tiveram valores bem próximos. As principais justificativas para atribuir o resultado ruim são a falta de um posto em

funcionamento na comunidade e a demora para o funcionamento do posto localizado dentro da área que já foi inaugurado, e a falta de remédios. A atribuição como boa deu-se porque a comunidade não apresenta indícios de doentes frequentes e pela frequente presença da agente de saúde na comunidade. Sobre a variável lazer, muitos avaliaram como ruim com a justificativa de que são pouquíssimas as opções de diversão e entretenimento para os jovens e crianças, como uma praça. Posteriormente, a variável iluminação obteve uma taxa ruim pelo fato de, em alguns pontos da comunidade, não ter iluminação, além de muitos postes da comunidade ficarem sem funcionar frequentemente. Por fim, a variável estrada destacou-se com sua taxa de avaliação em 94% péssima e ruim, justificada pelas más condições da estrada, principalmente na época de chuva. E pela ausência de serviços de infraestrutura por parte dos responsáveis.

Gráfico 2 - Satisfação da Dimensão Ambiental.



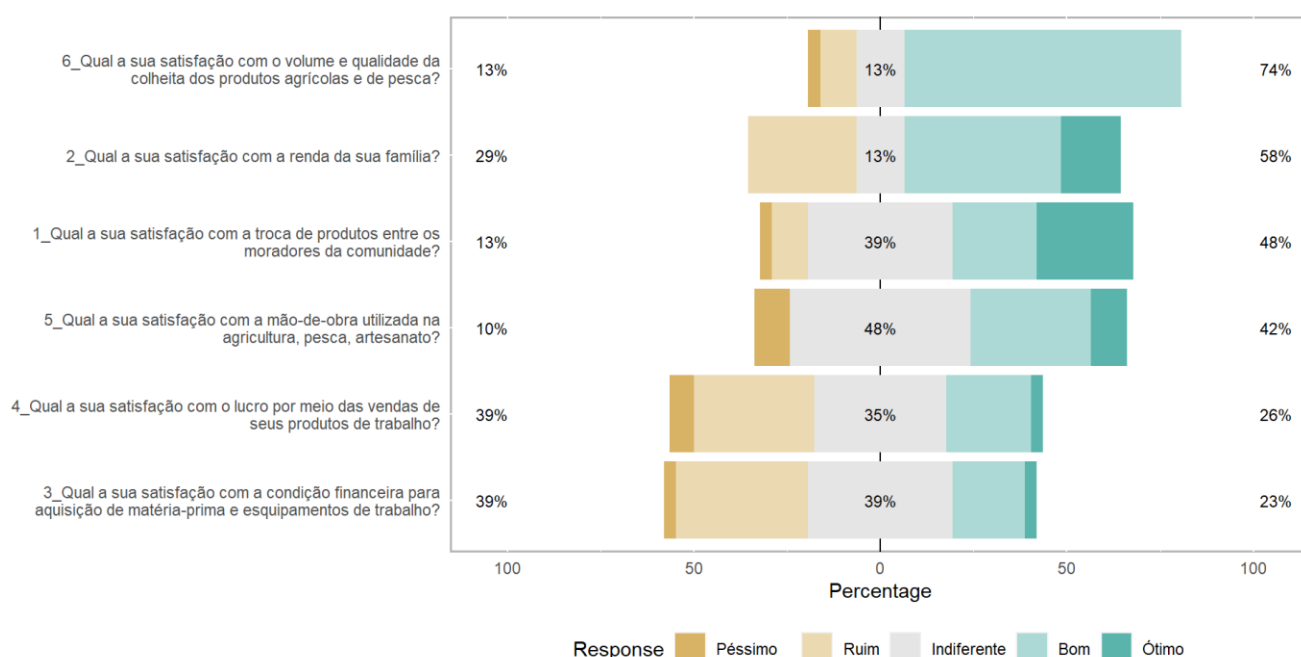
Fonte: autoria própria (2022).

O gráfico acima mostra um panorama geral com todas as variáveis selecionadas para avaliar a dimensão ambiental. Na variável central do gráfico relaciona-se à neutralidade, ou seja, aos casos que são indiferentes à situação questionada. De início, o resultado avaliado sobre a qualidade do ar deu-se quase que completamente bom e ótimo, com taxa de **97%**. Muitos relataram que as condições do ar na comunidade, bem como no assentamento, são muito satisfatórias, principalmente quando eles comparam com a realidade de grandes centros urbanos. A variável água para consumo humano também obteve resultado positivo, com taxa de 84% entre bom e ótimo, uma vez que na aplicação do questionário, o principal motivo para essa análise foi o fato da água estar em abundância. Entretanto, os 10% avaliados entre ruim e péssimo justifica-se porque a água tratada pela empresa SISAR tem um gosto salobre e porque a unidade de tratamento localiza-se em frente a um cemitério. Sobre a variável água para plantio, obteve um resultado semelhante à anterior devido ao mesmo motivo. Sobre a qualidade do solo para plantio, obteve-se também um resultado satisfatório, com 74% somados o bom e o ótimo, justificado pelo fato dos plantios darem frutos. Aos que avaliaram como indiferente, o motivo se deu devido ao fato das pessoas não plantarem ou desconhecerem algum motivo para avaliar. A coleta de lixo obteve resultado satisfatório, com 71% avaliado entre bom e ótimo, no entanto, os 29% entre ruim e péssimo podem ser considerados significativos, pois em muitos relatos falava-se que a insatisfação se dá pela

distância que existe entre algumas casas e o ponto de coleta. O tópico preservação do meio ambiente conquistou um resultado com

quase o mesmo peso, no qual 55% ficou entre bom e ótimo, 10% como indiferente e 35% ficou entre ruim e péssimo. Este último justificado pelas queimadas e/ou não tratamentos dos resíduos sólidos existentes na comunidade. Por fim, a variável tratamento de esgoto obteve uma notável abstenção na avaliação, com taxa de 48%. Apenas 19% refere-se a uma avaliação boa ou ótima e 35% como ruim e péssima que, no caso, foi justificada pela falta de saneamento básico na comunidade.

Gráfico 3 - Satisfação da Dimensão Econômica.



Fonte: autoria própria (2022).

O gráfico acima mostra um panorama geral com todas as variáveis selecionadas para avaliar a dimensão social. Na variável central do gráfico diz respeito à neutralidade, ou seja, aos casos que são indiferentes à situação questionada. Os resultados das variáveis desta dimensão se estenderam mais para uma avaliação satisfatória, ou seja, boa ou ótima, e indiferente. Em relação ao volume e qualidade dos produtos adquiridos por meio da agricultura e pesca, boa parte dos pesquisados consideraram a situação boa ou ótima, pois os frutos da agricultura e os produtos pescados são de qualidade e sempre suprem as necessidades de alimentação da família, além de sobrarem para uma possível troca, doação

ou venda. A variável renda teve uma avaliação boa e ótima representativa, com 58%, mas, concomitantemente, obteve uma taxa ruim e péssima relevante, com 29%, justificada pelo fato de algumas famílias viverem de auxílio do governo, como o Bolsa Brasil ou a renda fruto da venda de seus produtos ser suficiente somente para o básico. A indiferença, nessa variável, é dada porque nem todos os produtores e pescadores vendem o que colhem. A variável troca de produtos ficou dividida entre o resultado bom, ótimo e indiferente. Em relação às trocas, na comunidade é costume a troca ou “divisão”, como melhor nomeia os moradores, de seus produtos frutos do plantio, da pesca ou artesanato. Portanto, isso justifica os 48% satisfatório com avaliação bom ou ótimo. Entretanto, 38% avaliaram indiferente porque não tinham esse costume ou optaram por não opinar. A variável mão-de-obra obteve resultado positivo, muitas vezes refletida pelo fato da comunidade trabalhar com a mão-de-obra familiar, sem precisar adotar o trabalho assalariado. Por fim, as duas últimas variáveis, lucro das vendas e condições para investimentos em produtos de trabalho, obtiveram uma taxa ruim e péssima significativa. A primeira justificada pelos preços baixos de venda no mercado e o último porque, devido ao pouco lucro, os trabalhadores não têm condições de investir. Nesse contexto, é importante salientar os 39% insatisfatório – ruim ou péssimo - foram, na maior parte, avaliados por mulheres rendeiras que relataram a dependência da venda de suas rendas para atravessadores, o que as deixavam na condição de vender por um preço muito baixo, o que resultava no lucro insuficiente para investir em material de trabalho. As taxas indiferentes de ambas são resultado das respostas dos sujeitos que não comercializam seus produtos advindos da pesca, agricultura ou artesanato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, com base nos objetivos propostos neste trabalho, os dados coletados apresentam uma realidade de campo marcada por muita luta e resistência, e por mazelas sociais, ambientais e econômicas que, na maioria dos casos, a sua resolução depende do aparato de políticas públicas dos governos responsáveis. Notou-se que as famílias mantêm uma forte ligação com o território onde vivem e têm seus modos de vida, de trabalho, de produção distintos das sociedades capitalistas. As suas relações com o mercado e com a natureza são ainda mais diferentes, pois são sujeitos que mantêm uma dependência mínima nas trocas de comercialização e que preservam o meio ambiente local, valorizando a sua principal de fonte de renda.

Nesse contexto, pode-se concluir que as condições sociais as quais a comunidade está submetida são reflexo, principalmente, dos serviços precários e ausência de políticas públicas destinados pelo governo municipal. Essa falha institucional dificulta o acesso a serviços básicos de qualidade de vida. Sobre a situação ambiental, considera-se que existe uma boa relação entre as famílias tradicionais de Maceió com a natureza, são povos que preservam e conservam o meio ambiente local. Ademais, a situação econômica que essas famílias estão sujeitas apresentaram-se como um empecilho para o alcance de melhores condições de renda e trabalho.

Portanto, pretende-se que esta pesquisa colabore com a disseminação de conhecimentos sobre a realidade onde e como povos e comunidades tradicionais habitam, muitas vezes desconhecidas, desvalorizadas e esquecidas por parte do Estado e pela sociedade. Além disso, espera-se que este trabalho possa ser um instrumento de valorização dessas populações, fonte para futuras pesquisas e ferramenta para aprimoramento de políticas públicas voltadas a esses locais, assim, capaz de proporcionar a defesa dos seus direitos por uma vida com dignidade e melhores condições.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Lucimar Santiago de. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica Brasileira**. Campinas: Emopi, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.47749/t/unicamp.2002.274010>>. Acesso em: 02 de out. 2022.
- ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. **Populações tradicionais: conceitos**. Trabalho apresentado no Seminário de Prioridades de Conservação, Macapá, AP, 1999.
- BARRETTO FILHO, Henyo T. **Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção**. In: Adams, C.; Murrieta, R. S. S.; Neves, W. A. (org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-144. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/cal.2164>>. Acesso em: 02 de out. 2022.
- BASTOS, Núbia M. Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. 5.ed. Fortaleza: Nacional, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. In Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Relatório final do Projeto Opará.: Tradição, Identidades, Territorialidades e Mudanças entre Populações Rurais e Ribeirinhas no Sertão Roseano. Montes Claros: Unimontes. Montes Claros: 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e7323>>. Acesso em: 02 de out. de 2022.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e dá outras providências**. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 7 fev. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.22239/2317-269x.01505>>. Acesso em: 04 de out. de 2022
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; Higuchi, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. **Povos e comunidade tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva**. *Ambiente & Sociedade*: São Paulo v. XVII, n. 3. p. 115-134. jul.-set. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1414-753x2014000300008>>. Acesso em: 04 de out. de 2022
- CARVALHO, Francisco Geraldo Freitas. **Introdução à metodologia do estudo e do trabalho científico**. 4. ed. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2016.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Populações Tradicionais e a convenção da diversidade biológica**. *Estudos Avançados*, v. 13, p.147-163, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40141999000200008>>. Acesso em: 05 de out. 2022.
- CRUZ, Valter do Carmo. **Povos e comunidades tradicionais**. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* In: *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular. 2012, p. 597-601.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Ática: 1983. [S.l.].
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/envhis/12.1.172>>. Acesso em: 14 de out. 2022.
- DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p.
- EMBRAPA. **Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal**. Coleção povos e comunidades tradicionais. v1. Brasília, DF. 2015.
- FERRARI, Afonso Trujillo. **Metodologia da ciência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Kenedy, 1974.

- FOLADORI, Guillermo; Taks, Javier. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental**. Mana [online]. 2004, v. 10, n. 2. pp. 323-348. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-93132004000200004>>. Acesso em: 14 de out. 2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.
- GOMES, Debir Soares. **Tecendo Sonhos com Fios de Resistência: o caso das Mulheres Rendeiras do Assentamento Maceió - Itapipoca/CE**. 2014. 254 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza-CE, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.21713/2358-2332.2014.v11.522>>. Acesso em: 06 de out. 2022.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira; FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. **Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade**. Ambiente & sociedade, v. 12, p. 307-323, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1414-753x2009000200007>>. Acesso em: 01 de out. 2022.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. **Aterrizando uma Cometa: indicadores territoriais de sustentabilidade**. Santiago do Chile: CEPAL/ILPES, 1998. (Serie Investigación, Documento 18/98, LC/IP/G.120).
- LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social**. Estudos avançados, v. 19, p. 45-76, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142005000200004>>. Acesso em: 20 de out. 2022.
- LISBOA, Armando. **Construindo uma identidade insular em um mundo que se globaliza: o jeito maneirinho de ser**. In: Diegues, Antonio Carlos: Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil: coletânea de textos apresentados no seminário sociedades insulares. São Paulo: NUPAUB, MMA, CNPq, 2000.
- LITTLE, Paul E. **Ritual, power and ethnography at the Rio Earth Summit**. Critique of Anthropology, v. 15, n. 3, p. 265-288, 1995. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0308275x9501500303>>. Acesso em: 20 de out. 2022.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário antropológico, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.5380/campos.v16i2.53460>>. Acesso em: 18 de out. 2022.
- LITTLE, Paul E. **Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais no Brasil**. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, 2006.
- MONTEIRO, Alexandra Pedrosa. **Sustentabilidade em Comunidades Rurais: Um estudo do assentamento Maceió, Itapipoca-CE. 2018**. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)-Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22239/2317-269x.01653>>. Acesso em: 21 de out. 2022.
- MUELLER, Charles C. **O debate dos economistas sobre a sustentabilidade: uma avaliação sob a ótica da análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen**. Estudos Econômicos (São Paulo) [online]. 2005, v. 35, n. 4, pp. 687-713. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000400004>>. Acesso em: 01 de nov. 2022.
- RELATÓRIO, DE BRUNDTLAND. **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, v. 2, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Cia das Letras, 2 ed. São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento.** Revista de antropologia. São Paulo, USP, n. 34, pp.59-101. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1991.111253>>. Acesso em: 29 de set. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Leila Ribeiro; GUIMARÃES, Felipe Flávio Fonseca; COSTA, João Batista de Almeida. **Comunidades tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade.** Anais do I Circuito de debates. CODE, 2011.

SPAMER, Helmar. **Monumento Natural dos Pontões Capixabas: identidade pomerana na luta por direitos e território.** 2017. 106 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.3895/rts.v14n31.5039>>. Acesso em: 11 de out. 2022.

THUM, Carmo. **Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade.** Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E-ISSN 1517-1256, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 162-179, junho de 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.6899>>. Acesso em: 05 de out. 2022.

TOLEDO, Víctor Manuel. **Povos e Comunidades Tradicionais e a Biodiversidade.** Instituto de Ecologia, UNAM. Trad. Prof. Antônio Diegues. In: Levin, S. et al., (eds.) Encyclopedia of Biodiversity. Academic Press (2001).

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS

Tabela 1. Questionamentos da dimensão social

Sexo: () feminino () masculino Profissão: _____
Qual a sua satisfação com as condições de sua moradia? Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com as condições de infraestrutura e iluminação na comunidade? Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com as condições de serviço de saúde disponíveis à comunidade: posto de saúde, acompanhamento médico, agente de saúde, remédios? Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com as condições da estrada na comunidade, percurso entre as comunidades dentro do assentamento? Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com as condições de atividade de lazer? Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com as condições de segurança na comunidade: questão de drogas ilícitas, roubos,

homicídios?

Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()

Fonte: autoria própria (2022).

Tabela 2. Questionamentos da dimensão ambiental

Sexo: () feminino () masculino Profissão: _____

Qual a sua satisfação com as condições da água para consumo humano?

Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()

Qual a sua satisfação com as condições de disponibilidade de água para plantio?

Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()

Qual a sua satisfação com as condições de qualidade do solo para plantio?

Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()

Qual a sua satisfação com a preservação do meio ambiente pela comunidade?

Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()

Qual a sua satisfação com as condições de tratamento de esgoto na comunidade?

Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()

Qual a sua satisfação com as condições de coleta de lixo na comunidade?

Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()

Qual a sua satisfação com a qualidade do ar na comunidade?

Péssimo() Ruim() Indiferente(), Bom() Ótimo()

Fonte: autoria própria (2022).

Tabela 3. Questionamentos da dimensão econômica

Sexo: () feminino () masculino Profissão: _____

Qual a sua satisfação com as trocas de produtos entre os moradores da comunidade?

Péssimo() Ruim() Indiferente() Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com a renda da sua família? Péssimo() Ruim() Indiferente() Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com a condição financeira para aquisição de matéria prima e equipamentos de trabalho? Péssimo() Ruim() Indiferente() Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com o lucro obtido por meio da venda de seus produtos? Péssimo() Ruim() Indiferente() Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com a mão-de-obra utilizada na agricultura, pesca e artesanato? Péssimo() Ruim() Indiferente() Bom() Ótimo()
Qual a sua satisfação com o volume e qualidade da colheita dos produtos agrícolas e de pesca? Péssimo() Ruim() Indiferente() Bom() Ótimo()

Fonte: autoria própria (2022).